



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

JUSTIÇA

para os devidos fins.

Em 02/12/22

pp. Marcelle Lima  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Marcella Lima  
Secretária da Comissão de Justiça

Antonio Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL

*Sem encaminhamento*  
*12/12/2022*

Ao Deputado

MARCELO MENDES

para relatar

Em 14/12/2022

Antonio Henrique de Carvalho Pires  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
Presidente da CCI

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

### Comissão de Constituição e Justiça

Processo: AL – 29483 /2022.

Autor: Governadora Maria Regina Sousa

Relator: Deputado Marden Menezes

Assunto: Altera o art. 24 da Lei Complementar nº 230, de 29 de novembro de 2017, do Estado do Piauí, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, alterando a redação e renumerando seu parágrafo único e acrescentando § 2º.

#### **RELATÓRIO:**

O presente Projeto de Lei Complementar nº 10/2022, de iniciativa da Governadora do Estado, “Altera o art. 24 da Lei Complementar nº 230, de 29 de novembro de 2017, do Estado do Piauí, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, alterando a redação e renumerando seu parágrafo único e acrescentando § 2º”.

O Projeto de Lei Complementar nº 10/2022, propõe a alteração do artigo 24 da Lei Complementar nº 230, de 29 de novembro de 2017, adequando o Plano de Carreiras e Remuneração dos servidores do Poder Judiciário, possibilitando o pagamento aos servidores cedidos ou postos a disposição de outros órgãos ou entidades, conforme regulamentação própria.

No que tange a competência da proposição, a mesma está fulcrada no artigo 75, da Constituição Estadual.

Quanto ao tramite, a proposta sob análise preenche os requisitos inseridos no Regimento Interno desta Casa (art. 34, I, a; 133, III; 134).

É o que temos a relatar.



### VOTO DO RELATOR:

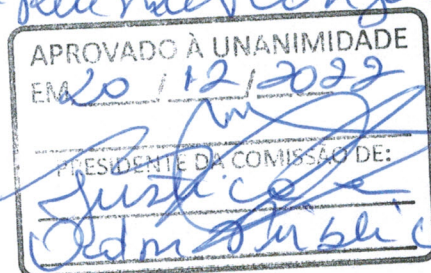
Atendido o preceito incerto no artigo 75, da Constituição Estadual e o disposto no artigo 139, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, o Relator vota pela constitucionalidade da matéria.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Piauí, em Teresina (PI), 15 de dezembro de 2022.

  
**Marden Menezes**  
Deputado Estadual

### PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:



*Acato o parecer da Comissão de  
Justiça Dep Fabiano*